

ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE 2016

A Lei n.º 24/98, de 26 de maio, aprovou o Estatuto do Direito de Oposição que assegura às minorias o direito de constituir e exercer uma oposição democrática ao Governo e aos órgãos executivos das Regiões Autónomas e das Autarquias Locais. Nos termos do artigo 2.º do referido diploma legal, entende-se por oposição a atividade de acompanhamento, fiscalização e crítica das orientações políticas dos citados órgãos.

Tal atividade materializa-se e desenvolve-se, no direito à informação, no direito de consulta prévia, no direito de participação e no direito de depor.

De acordo com o artigo 10.º do Estatuto do Direito de Oposição, os órgãos executivos das Autarquias Locais devem elaborar, até ao fim de março do ano subsequente àquele a que se refiram, relatórios de avaliação do grau de observância do respeito pelos direitos e garantias constantes da presente Lei. Os citados documentos são, por sua vez, enviados aos titulares do direito de oposição, a fim de que sobre eles se pronunciem.

O artigo 3.º do referido Estatuto refere, que além de outros são titulares deste direito os partidos políticos representados nos órgãos deliberativos das Autarquias Locais que não estejam representados no correspondente órgão executivo e ainda aqueles que, estando representados na Câmara Municipal, nenhum dos seus representantes assuma pelouros, poderes delegados ou outras formas de responsabilidade direta e imediata pelo exercício de funções executivas. É ainda reconhecida a titularidade do direito de oposição aos grupos de cidadãos eleitores que, como tal, estejam representados em qualquer órgão autárquico.

No Município de Lagoa – Açores, o PS - Partido Socialista é o único partido político representado na Câmara Municipal com pelouros e poderes delegados. Nos termos do artigo 3.º da Lei 24/98, de 26 de maio, são titulares do direito de oposição :

- O PSD - Partido Social-Democrata, representado na Câmara Municipal com 1 Vereador e na Assembleia Municipal com 6 membros;

- O CDS/PP - Centro Social Democrático/Partido Popular, representado na Assembleia Municipal com 1 membro.

Nestes termos, e de acordo com o âmbito de aplicação às Autarquias Locais e sentido interpretativo do citado normativo legal, o presente relatório será distribuído aos representantes dos partidos políticos nos órgãos representativos do Município de Lagoa – Açores.

Assim, de acordo com o Estatuto do Direito de Oposição e nos termos da alínea u) do n.º 1 do artigo 35.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, relatam-se, genericamente, as atividades que deram origem e contribuíram para o pleno cumprimento dos direitos, poderes e prerrogativas dos titulares autárquicos do direito de oposição:

DIREITO À INFORMAÇÃO

No ano de 2016, os titulares do direito de oposição do Município de Lagoa – Açores, foram sendo regularmente informados pelo Órgão Executivo e pelo Presidente da Câmara, tanto de forma expressa como verbal, sobre o andamento dos principais assuntos de interesse público municipal e relacionados com a sua atividade.

A par de outros assuntos devidamente esclarecidos, aos titulares do direito de oposição foram comunicadas informações no âmbito das alíneas s), t), u) e y) do n.º 1 e n.º 4 do artigo 35.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, designadamente:

- Informação escrita, sobre o andamento dos assuntos de interesse público relacionados com a atividade da Câmara a qual foi enviada a todos os membros da Assembleia Municipal antes de cada sessão ordinária daquele órgão;
- Resposta aos pedidos de informação apresentados pelo Vereador;
- Resposta aos pedidos de informação apresentados pela mesa da Assembleia Municipal;
- Resposta, às questões colocadas formal ou informalmente sobre o andamento dos principais assuntos do Município;
- Promoção da publicação das decisões e deliberações dos órgãos autárquicos e dos respetivos titulares destinadas a ter eficácia externa;

- Promoção do cumprimento do Estatuto do Direito da Oposição e da publicação do respetivo relatório de avaliação, referente ao ano de 2015;
- Remessa à Assembleia Municipal da documentação relativa a planos, projetos, relatórios, pareceres e documentos de semelhante natureza.

DIREITO DE CONSULTA PRÉVIA

No ano civil de 2016, o Executivo Camarário assegurou o cumprimento do estipulado no n.º 3 do artigo 5.º da Lei 24/98, de 26 de maio, na medida em que foi facultado aos representantes da Assembleia Municipal o direito de serem ouvidos sobre as propostas dos Planos e Orçamentos Municipais, no âmbito das suas competências, sendo que os mesmos foram, inclusivamente, aprovados nos prazos legais.

DIREITO DE PARTICIPAÇÃO

No ano de 2016, o Executivo Camarário, a Presidente da Câmara e Vereadores, procederam atempadamente, ao envio de informações e convites aos membros eleitos da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, a fim de assegurar que estes pudessem estar presentes e/ou participar em atos e eventos oficiais relevantes para o Concelho de Lagoa - Açores, não só naqueles que foram organizados ou apoiados pela Câmara Municipal, mas também naqueles em que, pela sua natureza, tal se justificou.

Foi ainda assegurado à Oposição o direito de se pronunciar e intervir, pelos meios constitucionais e legais, sobre quaisquer questões de interesse público relevante, podendo efetuar pedidos de informação, requerimentos, declarações políticas, esclarecimentos e protestos.

DIREITO DE DEPOR

Não há nada a referir em relação a este direito, porque não houve conhecimento dos eleitos locais acima referidos, terem tido intervenção em qualquer comissão prevista no artigo 8.º do referido Estatuto.

CONCLUSÃO:

Face ao exposto, entende-se que foram asseguradas, pela Câmara Municipal de Lagoa – Açores, as condições adequadas ao cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição durante o ano de 2016, considerando como relevante o papel desempenhado pelo Executivo Municipal como garante dos direitos dos eleitos locais da Oposição.

Nestes termos, em cumprimento do n.º 2 do artigo 10.º do Estatuto do Direito da Oposição, determino que este relatório seja enviado aos titulares do direito de oposição, Vereador do PSD - Partido Social-Democrata e Membros da Assembleia Municipal do PSD - Partido Social-Democrata e Membro da Assembleia Municipal do CDS/PP - Centro Social Democrático/Partido Popular, bem como para conhecimento da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal de Lagoa - Açores. Mais determino que o mesmo seja publicado na página eletrónica da Câmara Municipal.

Paços do Concelho de Lagoa - Açores, 16 de janeiro de 2017.

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL



Cristina Calisto Decq Mota